



**SISTEMAS AGRÍCOLAS TRADICIONAIS QUILOMBOLAS (SATQs): NOVAS
PERSPECTIVAS FRENTE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E AO
DESENVOLVIMENTO HEGEMÔNICO**

**TRADITIONAL QUILOMBOLA AGRICULTURAL SYSTEMS (SATQs): NEW
PERSPECTIVES IN THE FACE OF CLIMATE CHANGE AND HEGEMONIC
DEVELOPMENT**

**SISTEMAS AGRÍCOLAS TRADICIONALES QUILOMBOLAS (SATQ): NUEVAS
PERSPECTIVAS FRENTE AL CAMBIO CLIMÁTICO Y AL DESARROLLO
HEGÉMÓNICO**



10.56238/bocav25n74-004

Danilo Santos da Silva

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial
Instituição: Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
E-mail: danilonegrovida@gmail.com.

Júlia Figueredo Benzaquen

Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Instituição: Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
E-mail: julia.benzaquen@ufrpe.br.

Wagner Lins Lira

Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento
Territorial
Instituição: Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
E-mail: wagner.lira@ufrpe.br.

RESUMO

Esse trabalho busca desenvolver uma análise sobre os Sistemas Agrícolas Tradicionais Quilombolas (SATQs) como ponto de partida para realizar uma discussão relacionada às mudanças climáticas e ao modelo de desenvolvimento hegemônico. Para tanto, esse artigo terá como base teórica conceitos de agricultura ancestral, territórios étnicos, envolvimento territorial, biointeração, bioculturalismo e a ideia de valor cultural da natureza. A metodologia adotada será o levantamento e a análise bibliográfica de livros, dissertações, teses, artigos e matérias de sites e jornais encontrados a partir da plataforma de busca Google. Os SATQs proporcionam uma diversidade de cultivos, envolvendo culturas temporárias e permanentes, mantendo práticas ancestrais de manejo da terra e da biodiversidade, mostrando-se um importante fator para tratar das questões climáticas e do desenvolvimento na sociedade brasileira contemporânea.

Palavras-chave: Agricultura Quilombola. Cultura Quilombola. Território Quilombola. Justiça Racial. Impacto Ambiental.

ABSTRACT

This paper seeks to develop an analysis of Traditional Quilombola Agricultural Systems (SATQs) as a starting point for a discussion related to climate change and the hegemonic development model. To this end, this article will be based on concepts of ancestral agriculture, ethnic territories, territorial involvement, biointeraction, bioculturalism, and the idea of the cultural value of nature. The methodology adopted will be the survey and bibliographic analysis of books, dissertations, theses, articles, and materials from websites and newspapers found using the Google search platform. SATQs provide a diversity of crops, involving temporary and permanent cultures, maintaining ancestral practices of land and biodiversity management, proving to be an important factor in addressing climate and development issues in contemporary Brazilian society.

Keywords: Quilombola Agriculture. Quilombola Culture. Quilombola Territory. Racial Justice. Environmental Impact.

RESUMEN

Este trabajo busca desarrollar un análisis sobre los Sistemas Agrícolas Tradicionales Quilombolas (SATQ) como punto de partida para llevar a cabo una discusión relacionada con el cambio climático y el modelo de desarrollo hegemónico. Para ello, este artículo se basará en conceptos teóricos de agricultura ancestral, territorios étnicos, implicación territorial, biointeracción, bioculturalismo y la idea del valor cultural de la naturaleza. La metodología adoptada será la recopilación y el análisis bibliográfico de libros, disertaciones, tesis, artículos y materiales de sitios web y periódicos encontrados a partir de la plataforma de búsqueda Google. Los SATQ proporcionan una diversidad de cultivos, tanto temporales como permanentes, manteniendo prácticas ancestrales de manejo de la tierra y la biodiversidad, lo que los convierte en un factor importante para abordar las cuestiones climáticas y de desarrollo en la sociedad brasileña contemporánea.

Palabras clave: Agricultura Quilombola. Cultura Quilombola. Territorio Quilombola. Justicia Racial. Impacto Ambiental.

1 INTRODUÇÃO

Os Sistemas Agrícolas Tradicionais Quilombolas (SATQs) podem ser tomados como ponto de partida para se tratar de mudanças climáticas¹ e de desenvolvimento² na sociedade brasileira. Esses sistemas podem ser caracterizados pelas suas diversidades de cultivos, envolvendo culturas temporárias e permanentes. Além disso, conservam e aprimoram as práticas ancestrais de manejo da terra e da biodiversidade dos ambientes nos quais estão inseridos. Podem ser entendidos como um conjunto de saberes e técnicas aplicadas ao cultivo de plantas utilizadas para alimentação, medicina e cultura material.

Os SATQs são desenvolvidos a partir da experimentação prática do conhecimento dos povos africanos, afro-brasileiros e originários, dentro do contexto ambiental diverso brasileiro, apresentando manejos baseados na realidade de cada território (Castro, 2024). Esses sistemas estão sendo aperfeiçoados no decorrer do processo histórico, desde a experiência do Quilombo dos Palmares, formado no atual território alagoano, até os dias atuais, através das experiências das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, no território paulista.

Apesar da importância desses sistemas para a conservação e preservação do meio ambiente e para combater a insegurança alimentar e nutricional, os SATQs ainda são muito desvalorizados pelo poder público brasileiro. Em um cenário de mudanças climáticas, que colabora para elevar os índices de desigualdades sociais e da insegurança alimentar e nutricional, os SATQs se apresentam como ferramenta fundamental para a preservação da biodiversidade e para a adaptação aos momentos de dificuldades climáticas (Castro, 2024).

Desta forma, o artigo tem o objetivo de analisar os SATQs, através de uma revisão de literatura, como ponto de partida para realizar uma discussão relacionada às mudanças climáticas e ao modelo de desenvolvimento hegemônico na sociedade contemporânea. Ter os SATQs como referência para refletir sobre transformações climáticas da Terra como consequência do modelo de progresso econômico, social e cultural que prevalece na sociedade contemporânea.

2 METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos traçados, foi realizada uma pesquisa bibliográfica abrangente na plataforma de busca Google, visando levantar material que abordasse as temáticas relacionadas aos sistemas agrícolas tradicionais quilombolas.

¹A ideia de mudança climática neste trabalho está relacionada com as alterações de longo prazo nos padrões do clima da Terra, aceleradas pelo ser humano, principalmente pela queima de combustíveis fósseis, desmatamento e práticas agrícolas intensivas.

²A ideia de desenvolvimento neste trabalho está relacionada ao pressuposto de desenvolvimento econômico, social e cultural que prevalece no mundo moderno, especialmente a partir da Revolução Industrial e da consolidação do capitalismo global.

A escolha desta plataforma se deu por duas razões: a primeira, alguns temas têm mais espaço nessa plataforma do que nas plataformas acadêmicas; além de disponibilizar artigos, dissertações e teses acadêmicas, também disponibiliza artigos e matérias de jornais e sites; estudos e pesquisas que não estão nos acervos acadêmicos, produzidos principalmente por movimentos sociais, ONGs e órgãos do Estado. E a segunda, mostrar ser possível desenvolver um trabalho de pesquisa confiável a partir dessa plataforma.

Para isso, foram estabelecidos critérios como a relevância temática e a atualidade das publicações. Com o intuito de buscar materiais relevantes, foram utilizadas palavras-chave específicas nas buscas, tais como: “agricultura ancestral”; “territórios quilombolas”, “sistemas agrícolas itinerantes”, “cultura quilombola”, “justiça climática” e “justiça racial”.

Essa pesquisa possibilitou a escolha e análise de dois livros, quatro teses, seis dissertações, dezesseis artigos e vinte matérias de jornais e sites, publicados no período de 2015 a 2025. Um conjunto de fontes bibliográficas que aborda, de forma direta ou indireta, as temáticas relacionadas aos sistemas agrícolas tradicionais quilombolas. Além do material levantado na plataforma, para substanciar ainda mais a pesquisa, foram utilizados quatro livros de biblioteca particular que tratam da temática direta ou indiretamente.

Além disso, foram analisadas as referências bibliográficas contidas nas obras levantadas na plataforma, que trataram especificamente sobre os SATQs, a fim de encontrar outras referências que pudessem nos oferecer contribuições relevantes sobre a temática. Esses critérios e estratégias foram adotados para garantir a qualidade e consistência dos materiais selecionados, a fim de embasar de forma sólida a construção do artigo.

Com base nesse escopo bibliográfico os resultados e discussões da pesquisa foram organizados a partir dos seguintes subtemas: Histórico e Dinâmicas dos Sistemas Agrícolas Tradicionais Quilombolas; Territórios Quilombolas como Crítica ao Desenvolvimento Hegemônico; A Importância da Agricultura Ancestral e da Biointeração em sistemas Agrícolas Tradicionais Quilombolas; Territórios Quilombolas e a Construção da Reparação Biocultural e Preservar é Resistir: Quilombolas como Guardiões da Biodiversidade e Vítimas da Violência Ambiental.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esse artigo adota como base teórica os conceitos de agricultura ancestral, territórios étnicos, envolvimento territorial, biointeração, memória biocultural e a ideia de valor cultural da natureza.

A ideia de agricultura ancestral está relacionada ao sistema tradicional praticado pelas comunidades quilombolas, composto por saberes-fazeres passados entre gerações que faz uso de técnicas manuais, respeitando os ciclos naturais e valorizando a biodiversidade por meio da policultura (Castro, 2024).

O território étnico está para além das questões geográficas, envolvendo a relação entre território, identidade e cultura (Carvalho; Reesink, 2018). É uma construção política produzida com base na sua relação com a natureza (Salomão; Castro, 2018). Ou seja, um território consubstanciado no modo de vida, nos saberes ancestrais e na identidade cultural, forjado a partir da relação de reciprocidade com a natureza (Pasinato, 2018).

Aqui, a ideia de envolvimento territorial não se baseia na ideia tradicional de território, mas sim na multiplicidade de formas de vida, estruturadas contrapondo-se à lógica de predação e insustentabilidade ambiental e social do desenvolvimento contemporâneo (Santos, 2015). Um paradigma contra-hegemônico que não renuncia aos conhecimentos específicos de cada grupo, operando a partir das particularidades socioambientais e culturais e com elas interagindo (Escobar, 1996; Santos, 2015; 2023).

A biointeração, por seu turno, está relacionada ao ato de reciprocidade das comunidades quilombolas para com a natureza; com a interdependência entre essas comunidades e o meio ambiente, que historicamente tem minimizado os impactos causados pelos seres humanos, através da utilização do saber ancestral para usufruir e preservar os bens e recursos naturais em seus territórios.

Neste artigo, a memória biocultural está relacionada às consequências da relação de envolvimento da cultura com a natureza desenvolvida nos territórios quilombolas. Com base em uma relação respeitosa com o meio ambiente, as comunidades quilombolas geram conhecimentos importantes para a preservação da natureza (Castro, 2024). Dessa forma, a ideia de reparação biocultural reivindica o reconhecimento e a valorização dos conhecimentos ancestrais quilombolas dentro do processo de preservação e de manutenção da biodiversidade brasileira; no debate sobre mudanças climáticas e na luta pelo direito à terra (Castro, 2024).

Para as comunidades quilombolas, o valor cultural da natureza é construído a partir da relação ancestral com seus territórios. Nessa relação, a natureza não é vista apenas como “recurso utilitário”, apresentando um sentido simbólico, histórico e espiritual para a construção do seu modo de vida e das suas identidades (Fernandes-Pinto, 2024). Essa base teórica nos possibilita, de maneira geral, buscar reconhecer e valorizar os SATQs como ponto de partida para reflexão crítica sobre como o modelo de desenvolvimento hegemônico, com seu modelo de progresso econômico, social e cultural, colabora para as transformações climáticas da Terra na sociedade contemporânea.

A discussão aqui realizada, que se estende por todo artigo, nos apresenta conceitos e categorias conceituais que demonstra a capacidade e a importância das comunidades quilombolas em desenvolver práticas sustentáveis e contra hegemônicas no campo das discussões sobre desenvolvimento e de mudanças climáticas na sociedade contemporânea. Desta forma, em seguida, será abordado o histórico e a dinâmica dos SATQs, com intuito evidenciar sua contribuição no processo constituição da resistência e da identidade das comunidades quilombolas.

3.1 HISTÓRICO E DINÂMICAS DOS SISTEMAS AGRÍCOLAS TRADICIONAIS QUILOMBOLAS

Diferentes situações possibilitaram o surgimento das comunidades quilombolas, caracterizadas pela produção de alimentos, através das lacunas do sistema escravista e depois do período da colonização, na busca por sobrevivência nos quatro cantos do país (Silva, 2019). Só no período colonial pôde ser identificados sete tipos de comunidades quilombolas no Brasil: Agrícolas; Extrativistas; Mercantis; Mineradoras; Pastoris; de Serviços e de Predadores, podendo coexistir mais de uma característica no mesmo quilombo (Freitas, 1982; Silva, 2019). As comunidades quilombolas de base agrícola foram identificadas como as mais difundidas no território brasileiro, cultivavam para subsistência e o excedente era negociado em suas fronteiras. Segundo Gomes (2015, p. 75):

Aqueles mais antigos e populosos tinham se reproduzido ao longo do tempo, possuindo uma economia estável. Além de cultivos para sua subsistência, produziam excedentes, os quais negociavam, e mantinham trocas mercantis com vendeiros locais. Acabavam sendo reconhecidos como roceiros, já que iam frequentemente aos povoados circunvizinhos comercializar, comprar pólvora e munição, e alguns deles até trabalhavam eventualmente para fazendeiros locais em troca de proteção, dinheiro e mantimentos. Suas comunidades se situavam em terras de fronteiras econômicas de ocupação. Eram protegidos pela geografia de dada região – entre rios, montanhas e florestas – e por um sistema de defesa com paliçadas e estrepes.

Tornou-se uma organização autossuficiente aproveitando-se das terras através da pequena propriedade e da policultura, ambas desconhecidas da sociedade colonial/escravista (Carneiro, 1988). A população quilombola contribuiu para o desbravamento das florestas para além da zona de penetração europeia, descobrindo novas fontes de riqueza: “[...] o fenômeno quilombola plantou raízes em territórios que a sociedade escravista não havia ainda abraçado efetivamente, constituindo-se como verdadeira vanguarda da fronteira agrícola de suas épocas” (Maestri; Fiabani, 2008, p.65).

As comunidades quilombolas sempre desenvolveram suas práticas agrícolas de forma diversificada, que geralmente incluíam a produção de hortaliças, milho, feijão, inhame, mandioca entre outras culturas. Buscavam utilizar técnicas de produção e respeitavam a biodiversidade, ajudando a conservação e a preservação da natureza, adaptando-se às circunstâncias dos seus territórios (Freitas, 1982).

Um bom exemplo do desenvolvimento dessas práticas agrícolas, foi adaptação das práticas e técnicas da horticultura africana para as novas condições sociais, geográficas e ecológicas do nosso país:

A horticultura esteve presente como atividade dominante ou sub subordinada na grande maioria dos quilombos. Desde os primeiros tempos da Colônia, sobretudo a documentação produzida pelas forças políticas e militares enviadas para desbaratar quilombos rurais descreveu, ainda que

superficialmente, as roças dessas comunidades, assinalando comumente sua extensão, instrumentos produtivos, gêneros plantados, proteção etc. Não raro a produção excedente da horticultura quilombola contribuiu para alimentação da população do mundo escravista acossada pela falta e carestia de gêneros de subsistência, nascidas da orientação monocultora exploradora da sociedade colonial e imperial (Maestri; Fiabani, 2008, p.64).

Em uma sociedade colonial de economia regionalizada que dependia do mercado internacional, os quilombos executavam uma economia própria, baseada no que era produzido internamente, dentro do que era regionalmente possível, de acordo com as possibilidades ecológicas e as disponibilidades de matéria-prima. Desenvolveram uma economia abundante que não se limitava à monocultura, pois, através do cultivo de policulturas, satisfaziam às suas necessidades e produziam excedentes para o comércio (Carneiro, 1988).

Desde o período colonial, sempre desenvolveram redes de comércio com as suas vizinhanças, envolvendo as populações indígenas e brancas. Redes estas, que incluíam produtos agrícolas, artesanais e de troca de conhecimentos, tomando como referência o Quilombo de Palmares, apresentado pela literatura como um polo econômico importante (Freitas, 1982; Carneiro, 1988).

Com base no que foi exposto, é possível afirmar que as comunidades quilombolas no Brasil representavam um contraponto à dinâmica da sociedade colonial/escravista, instaurando outras formas de vida e de organização social.

Na atualidade, essas comunidades representam também o contraponto ao sistema capitalista, pois o território quilombola é de uso coletivo, na contramão da dinâmica do uso da terra na atualidade, uma vez que impede a transformação dela em mercadoria, evitando assim o processo de compra e venda (Castro, 2025).

Além disso, é um instrumento importante para o combate à insegurança alimentar e para a preservação do meio ambiente, servindo de base para questionar a ideia de desenvolvimento associada à concepção de modernização econômica e a uma visão linear de progresso (Sen, 2010). Estas comunidades oferecem uma crítica contundente ao modo como a sociedade contemporânea tem imposto seus paradigmas, muitas vezes desconsiderando as cosmovisões locais e os saberes-fazeres ancestrais (Escobar, 2004; Santos, 2015).

Não se trata apenas do espaço físico produtor de bens materiais, mas traz consigo um significado cultural, que constitui territórios a partir das experiências vividas com a natureza. Dessa relação surge o valor cultural da natureza, onde o meio ambiente possibilita seus meios de subsistência e molda suas identidades, tradições e modo de vida (Fernandes-Pinto, 2024). Ou seja, a natureza é um fator importante para as culturas e as identidades quilombolas, indo além do valor econômico.

As formas de produção agrícola das comunidades quilombolas, foram desenvolvidas durante o processo histórico voltadas para pequena escala, a partir de culturas alimentares diversas, utilizando o

território de maneira coletiva. Esse processo tornou possível a suficiência produtiva com base na integração com o meio ambiente, contrariando o que propunha o pressuposto colonial e capitalista. Com intuito de continuar nossa análise, abordaremos como a experiência quilombola oferece elementos para elaboração de uma crítica à ideia de desenvolvimento hegemônico na sociedade contemporânea.

3.2 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS COMO CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTO HEGEMÔNICO

As comunidades quilombolas desenvolvem formas distintas de se relacionar com a natureza (Santos, 2015). Pautadas em outros referenciais, não partem da dinâmica excludente e linear de progresso, que fundamenta a ideia contemporânea de desenvolvimento (Santos, 2015). De forma direta, a prática dessas comunidades ajuda a questionar as noções tradicionais de desenvolvimento, que busca colonizar o mundo “não ocidental” (Escobar, 1996). Mesmo porque:

Os movimentos afrodescendentes e indígenas têm representado uma nova visão de desenvolvimento baseada no fortalecimento das comunidades e na solidariedade, envolvendo-as ativamente nos processos de tomada de decisões e buscando a construção de alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento (Escobar, 1996, p. 40).

No decorrer do processo histórico, as comunidades quilombolas têm desenvolvido interconexões com os variados biomas brasileiros, respeitando as múltiplas relações com o meio ambiente, onde se veem como parte da natureza, necessária para sua sobrevivência, e não como algo separado, que pode ser transformado em mercadoria (Escobar, 2004; Santos, 2015).

Acontece um envolvimento, nos oferecendo meios para refletir sobre a lógica dos projetos de desenvolvimento adotado na sociedade capitalista. Uma reflexão que se baseia no conhecimento local, que questiona as hierarquias de poder e os processos de desigualdades tão presentes nas relações proporcionadas pelo desenvolvimento hegemônico (Escobar, 1996).

Esse envolvimento é baseado na reciprocidade entre as comunidades e a natureza, tornando-se fonte de produção de conhecimento e práticas contrastantes com a lógica da sociedade capitalista (Escobar, 1996; 2004). Basta lembrar dos Sistemas Agrícolas Tradicionais Quilombolas (SATQs), com seus policultivos voltados geralmente para a existência e para trocas, visando atender às demandas locais como contraponto ao monocultivo para produção de produtos primários, padronizados para serem negociados em larga escala e com preços determinados pela oferta e demanda global (Silva; Lira; Benzaquen; 2025). Também pode ser mencionada a noção de propriedade da terra como algo coletivo em contraposição à propriedade privada da terra, tão valorizada pelo desenvolvimento hegemônico (Silva; Lira; Benzaquen; 2025).

É uma crítica viva ao modelo de desenvolvimento econômico hegemônico, baseada em uma relação entre humanos e natureza que ocorre de forma respeitosa, visando a comunhão entre as duas partes, gerando o que as comunidades necessitam, criando os menores danos possíveis ao meio ambiente:

Seguindo a orientação das mestras e mestres, ninguém podia pescar para acumular, pois melhor lugar de guarda os peixes são nos rios, onde eles continuam crescendo e se reproduzindo. [...] O melhor lugar de guardar a mandioca é na terra [...] E a melhor maneira de guardar os produtos de todas as nossas expressões produtivas é distribuindo entre a vizinhança, ou seja, como tudo que fazemos é produto da energia orgânica esse produto deve ser reintegrado a essa mesma energia. Com isso quero afirmar que nasci e fui formado por mestras e mestres de ofício em um dos territórios da luta contra a colonização (Santos, 2015, p.82-86).

Essa relação acontece com base em parâmetros distintos do desenvolvimento hegemônico, uma vez que mantém a harmonia entre a preservação ambiental quando desenvolvem suas práticas produtivas, possibilitando conexão, orgulho e identidade com os territórios quilombolas (Escobar, 2004).

Não é baseado na exploração da natureza, que devasta o meio ambiente para criar uma natureza quase artificial e ornamental, que esgota os bens naturais em nome do consumo, impondo a máxima de uma suposta sustentabilidade (Santos, 2015; 2023).

As comunidades quilombolas têm como proposta extrair, utilizar e reeditar, realizando-se através das relações comunitárias, coletivas, nas quais a capacidade de cultivar, coletar e compartilhar faz parte do cotidiano: “[...] tudo o que fazemos é fruto da energia orgânica e é exatamente por isso que ao invés da tríade reduzir, reutilizar e reciclar, temos como princípio a tríade extrair, utilizar e reeditar ” (Santos, 2015, p.99).

Essa lógica sugere que os indivíduos têm o poder de se adaptar e transformar seus ambientes de acordo com suas necessidades e objetivos (Santos, 2015; 2023). Como descreveu Negro Bispo, essa relação pode ser ilustrada a partir da interação entre o cultivo de mandioca e a atividade de pesca, uma vez que ao cultivar a mandioca, os resíduos orgânicos da planta podem ser usados como iscas para a pesca, aumentando as chances de capturar peixes e os restos de peixe não utilizados na alimentação, podem ser transformados em adubo para a própria plantação de mandioca, enriquecendo o solo e melhorando seu rendimento (Santos, 2015; 2023).

Através dessa relação de interdependência, os diferentes seres vivos e suas atividades influenciam e se beneficiam mutuamente, formando um sistema de produção e gestão coletiva de alimentos e de bens naturais nos territórios quilombolas (Santos, 2015; 2023). O que não acontece com o modelo de desenvolvimento hegemônico, pois a exploração intensiva de bens naturais é insustentável, ultrapassando os limites do meio ambiente (González de Molina *et al.*, 2021).

Aqui se apresenta outra característica que nos faz refletir sobre o modelo de desenvolvimento hegemônico; a capacidade que as comunidades quilombolas têm de interação com o meio ambiente de forma respeitosa, causando o mínimo de impacto para a natureza. Essas comunidades se colocam como contraponto à ideia de desenvolvimento hegemônico no Século XXI.

Nesse sentido, as comunidades quilombolas representam exemplos críticos a ideia de desenvolvimento contemporâneo, contrariando a lógica capitalista, com uma perspectiva produtiva alinhada à preservação ambiental, baseada na coletividade e na reciprocidade entre as comunidades e meio ambiente. Agora, em seguida, buscaremos discutir como a agricultura ancestral e a biointeração são importantes para a constituição dos SATQs e para o processo de consolidação da identidade e dos modos de vida das comunidades quilombolas.

3.3 A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA ANCESTRAL E DA BIOINTERAÇÃO EM SISTEMAS AGRÍCOLAS TRADICIONAIS QUILOMBOLAS

A agricultura ancestral pode ser entendida também como agricultura familiar ou tradicional, desenvolvida com base em saberes e práticas agrícolas passadas ao longo de gerações, tendo como principais proponentes os povos e comunidades tradicionais (Castro, 2024).

Neste tipo de agricultura, são utilizados métodos manuais para produzir a interação com o meio ambiente, havendo dependência das condições naturais, apresentando grande capacidade de adaptação a diversos ecossistemas e priorizando os bens naturais.

Segundo Oliveira (2025, p. 02 e 03), a agricultura ancestral tem as seguintes características:

1. Diversidade de Culturas: A predominância da policultura assegura um uso variado do solo e favorece a biodiversidade local. Isso reduz a vulnerabilidade a pragas e garante uma maior resiliência a mudanças climáticas. 2. Utilização de Ferramentas Simples: Equipamentos rudimentares, como arados e enxadas, feitos de materiais locais, continuam sendo essenciais nesse modelo. Essas ferramentas representam a conexão entre o conhecimento ancestral e as condições ambientais específicas de cada região. 3. Interação com a Pecuária: A integração com animais para tração e fertilização do solo é comum, criando um sistema cíclico e sustentável. O esterco, por exemplo, é amplamente utilizado como fertilizante natural. 4. Dependência de Condições Naturais: A relação íntima com o meio ambiente faz com que os agricultores tradicionais possuam um conhecimento profundo sobre os ciclos das chuvas, fases da lua e condições do solo. 5. Produção Local e Subsistência: O foco principal é atender às necessidades da família ou da comunidade local. O excedente, quando existe, é utilizado para trocas ou pequenas vendas, promovendo um sistema de economia local.

Agricultura ancestral se constitui com base nas práticas agrícolas centenárias, que vêm sendo adaptadas e desenvolvidas a partir da interação humana com a natureza há mais de 400 anos (Castro,

2025). Ou seja, uma "biointeração" constituída a partir da interdependência entre as atividades humanas e os ecossistemas, promovendo uma relação respeitosa, que causa menores danos ao meio ambiente, quando comparados à predação econômica do modelo hegemônico global (Santos, 2015).

No paradigma quilombola, os princípios são outros, pois a perspectiva de cultivar e compartilhar prevalece à lógica colonialista de consumir e de acumular coisas, estabelecendo conexões dinâmicas entre as populações e seus territórios (Escobar, 2004; 2010; Santos, 2015). Não é uma relação que visa expropriar o que tem de melhor, e sim uma relação de reciprocidade garantindo o sustento, elementos para a formação de sua identidade, de sua cultura e saberes, em troca de proteger e preservar os recursos naturais (Castro, 2024; 2025).

Dessa forma, a experiência das comunidades quilombolas pode ser um bom ponto de partida para questionar a ideia de desenvolvimento como um plano linear, apresentando o engajamento em torno da transformação da realidade local, pautada na construção coletiva de alternativas que respeitam e valorizam a diversidade cultural e ambiental (Santos, 2015; Oliveira, 2025). As experiências das comunidades quilombolas, acima de tudo, nos mostram que a ideia de desenvolvimento deve ser repensada em termos de justiça social e ambiental, respeitando a complexidade das interações entre seres humanos e natureza (Escobar, 2004).

A ideia de justiça climática, além de estar relacionada com a natureza ambiental, também precisa ter o caráter ético e político, levando em consideração o contexto de racismo ambiental e os interesses do capital, reconhecendo a importância da experiência das comunidades quilombolas para a discussão da preservação do meio ambiente no Brasil (Silva; Lira; Benzaquen, 2025).

O conhecimento quilombola e suas práticas não são apenas legítimos, mas essenciais para a construção de um futuro mais viável e colaborativo, onde a vida e a biodiversidade possam coexistir com respeito (Santos, 2015; Castro, 2024; 2025). Desta forma, os Sistemas Agrícolas Tradicionais Quilombolas possibilitam a formação de sistemas culturais e de organização social, representando um meio efetivo de existência e resistência (Castro, 2024; 2025).

Os SATs, baseados na agricultura ancestral e na biointeração, ao passo que possibilitam segurança alimentar e proteção ambiental, oferecem contraponto a uma agricultura voltada para atender o mercado externo, que ajuda na concentração da riqueza na mão de poucos, colaborando para perpetuar as desigualdades sociais e as consequências das mudanças climáticas, uma vez que, em nome do lucro, devasta os recursos naturais sobre pretexto do desenvolvimento econômico. Desta forma, questiona a ideia de desenvolvimento vendida pela grande mídia, colocando-se como um importante aliado na luta pela preservação do meio ambiente.

Dessa forma, os SATQs tendo como base a agricultura ancestral e a biointeração possibilita alternativas sustentáveis ao modelo hegemônico, unindo produção, identidade e equilíbrio ambiental.

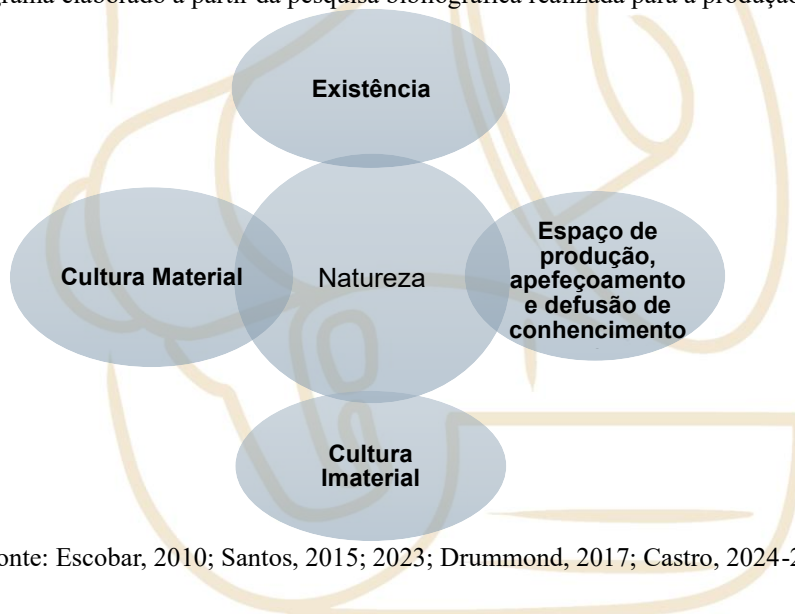
Agora daremos continuidade analisando, com base em tudo que foi discutido até aqui, como podemos refletir sobre a construção de uma reparação biocultural para as comunidades quilombolas.

3.4 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS E A CONSTRUÇÃO DA REPARAÇÃO BIOCULTURAL

A comunidade quilombola, como um território étnico, traz consigo a sua história, tradições e modos de vida, que são produzidos e conduzidos a partir de uma relação de conveniência interativa com a natureza (Pasinato, 2018). Essa relação é fruto de um envolvimento territorial, onde a natureza oferece todo o necessário para sua continuidade histórica, e, ao se utilizar do meio ambiente, a comunidade quilombola protege e preserva os bens naturais quando deles se beneficia (Santos, 2015).

É uma convivência inspirada no respeito e na interdependência com o meio ambiente (Santos, 2015; Castro, 2024; 2025), envolvendo saberes e práticas que conformam ligações culturais materiais e imateriais, ainda pouco compreendidas nas estratégias de conservação (Fernandes-Pinto, 2024).

Figura 1- Organograma elaborado a partir da pesquisa bibliográfica realizada para a produção deste artigo



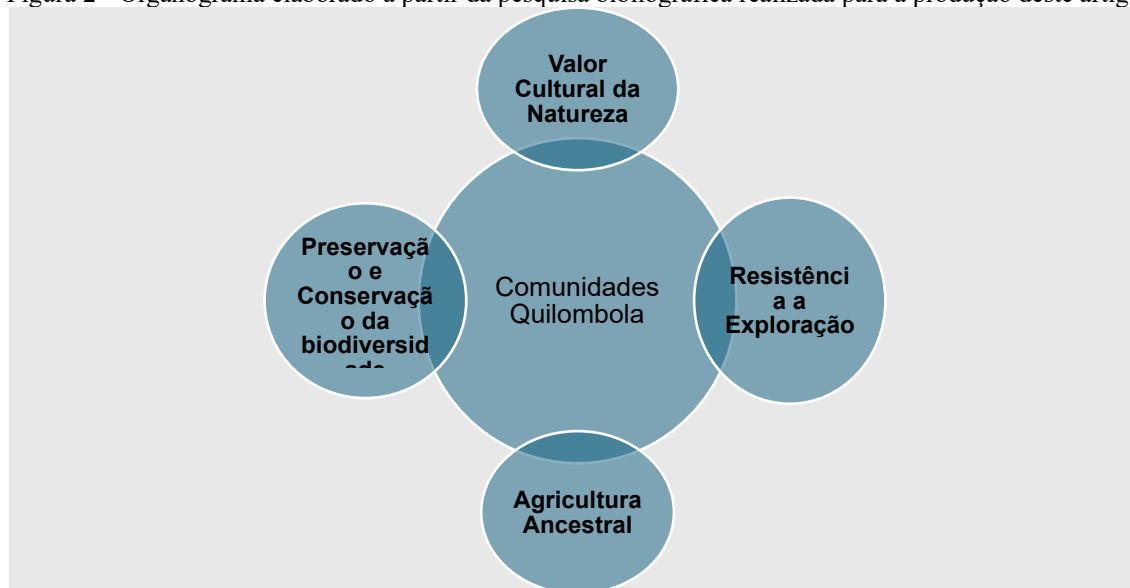
Fonte: Escobar, 2010; Santos, 2015; 2023; Drummond, 2017; Castro, 2024-2025.

Detectamos, nesta relação, que, por um lado, o meio ambiente fornece os bens naturais para sua sobrevivência e para confecção de objetos utilitários e artesanais, servindo de espaço para produção, aperfeiçoamento e transmissão de conhecimentos. Ou seja, disponibiliza elementos essenciais que constituem sua dimensão subjetiva, considerando a natureza um ente importante para sua formação cultural (Pasinato, 2018; Castro, 2024; 2025).

Por outro lado, nesta relação recíproca, as comunidades quilombolas possibilitam a salvaguarda dos bens naturais, através da manutenção das policulturas, dos modos de vida e das relações com o meio ambiente (Castro, 2024; 2025). Desenvolvem conhecimento sobre a natureza, que contribui para a preservação da biodiversidade (Oliveira, 2025). E, por meio da luta por autoreconhecimento,

demarcação e posse dos seus territórios, possibilitam resistência à pressão externa pela exploração predatória dos bens naturais presentes em suas comunidades (Castro, 2024; 2025).

Figura 2 - Organograma elaborado a partir da pesquisa bibliográfica realizada para a produção deste artigo



Fonte: Escobar, 2010; Santos, 2015; 2023; Drummond, 2017; Castro, 2024-2025.

Essa relação de envolvimento entre as comunidades e o meio ambiente nos territórios quilombolas surge da relação ancestral construída no processo histórico que, ao mesmo tempo que preserva a biodiversidade, contribui para valorar culturalmente a natureza, segundo Drummond (2017, p. 2):

[...]. Cabem neste termo tanto as perspectivas utilitaristas, como a produção de alimentos, quanto as perspectivas sagradas, como aquelas que entendem a Terra como um ser vivo venerável. [...]. Agricultores, por exemplo, podem valorar sua produção pelo mercado, que lhe proporciona benefícios financeiros, ou como expressão e reprodução da identidade cultural do seu grupo social por meio de suas práticas agrícolas.

Além disso, contribui para um complexo de inovações e tecnologias que resultam, por exemplo, nos Sistemas Agrícolas Tradicionais Quilombolas (SATQs) (Castro, 2024). Sistemas criados no decorrer do processo histórico, que produzem conhecimento com base no manejo da terra e da produção de alimentos, do conhecimento ancestral preservado no Brasil, passando por constantes processos de adaptação para se adequar aos mais variados territórios (Moraes-Ornellas; Santos; Fernandes, 2023).

Desta forma, é preciso discutir sobre a reparação “biocultural”, visando tratar dos benefícios produzidos pela população quilombola e negra (Castro, 2024; 2025). O reconhecimento e valorização do trabalho intelectual e prático dessas populações na construção da agricultura brasileira e na elaboração de planos para tratar as questões climáticas no país. Segundo Castro (2024, p. 3):

Diante do cenário agravante das mudanças e injustiças climáticas no Brasil e mundo, há uma herança socioambiental preta a ser reconhecida e considerada. Serviços socioambientais que levaram a conservação da biodiversidade dos biomas brasileiros, a exemplo da preservação da vegetação nativa na Amazônia quilombola. Repulsamos uma Ecologia sem luta antirracista, reproduzida majoritariamente por uma branquitude que "mata" preto todo dia, enquanto bate palma para o sol, dançando ciranda na chuva. No Brasil o racismo fundiário e ambiental segue sendo lucrativo e legalizado pelo Estado, mas essa dívida histórica e permanente todo mundo vai pagar. É urgente que a reparação histórica ao povo preto se dê para além da garantia de direitos básicos, trata-se de justiça socioambiental, de acesso a terra por uma reforma agrária antirracista, e a proteção dos territórios quilombolas e negros, como parte integral de uma reparação biocultural.

A ideia é chamar atenção para sua contribuição para o modo de conviver com a natureza, do seu relacionamento com os territórios e da sua maneira de manejar a terra. Destacar os seus serviços ecológicos e o papel que pode desempenhar como referência na discussão sobre as mudanças e injustiças climáticas e de desenvolvimento no Século XXI.

A construção de uma reparação biocultural passa necessariamente por uma discussão de regularização dos territórios quilombolas. De acordo com o Censo Quilombola (2022), desenvolvido pelo IBGE, apenas 12,4% das comunidades quilombolas do Brasil têm seus territórios delimitados. Isso significa dizer que 87,6% das comunidades ainda não têm seus territórios regularizados de forma oficial.

Segundo a Coalizão Negra por Direitos (2023), é de extrema importância regularizar os territórios étnicos, visto que a diminuição do aquecimento do planeta depende da eliminação do desmatamento. No entanto, de acordo com Terra de Direitos (2023), caso o ritmo atual de regularização fundiária dos territórios quilombolas continue, levará no mínimo 2188 anos para titular integralmente os 1802 processos de regularização iniciados pelo INCRA.

Mesmo sendo consenso que a diminuição do aquecimento global passa pelo fim do desmatamento e que os territórios quilombolas apresentam os menores índices de desmatamento no Brasil, ainda são baixos os números apresentados sobre a regularização das terras quilombolas (MapBiomas, 2023). O Estado Brasileiro poderia utilizar a demarcação dos territórios quilombolas como instrumento importante para o mercado de redução das emissões dos gases de efeito estufa, tão difundido na propaganda midiática do desenvolvimento sustentável. Mas, ao contrário disto, segundo Simões (2023, p. 2):

A ausência de demarcação de terras quilombolas e indígenas, povos que foram ao longo de séculos os protetores de rios, florestas, fauna e flora - e continuam a ser - é um indicador de que não existe o menor compromisso político com estes territórios negros e indígenas que salvaguardam parte importante do meio ambiente. Isso, sem falar das comunidades tradicionais pesqueiras, que por conta

da poluição de rios e mares vêm tendo sua atividade econômica e sobrevivência absolutamente comprometidas sem que nenhuma atitude seja tomada para mudar esta realidade porque estas comunidades são negras e indígenas.

O Estado que prega o comprometimento com as questões relacionadas ao processo de “desenvolvimento sustentável”, é o mesmo que ignora a importância da demarcação de terras quilombolas, como instrumento para mitigar às mudanças climáticas, na busca por garantir segurança alimentar dentro da perspectiva de respeito aos bens naturais.

Quando se traz à baila a necessidade da discussão de reparação biocultural para as comunidades quilombolas, visamos ressaltar não só a sua contribuição com trabalho manual, mas também o reconhecimento de seu trabalho intelectual com base no conhecimento ancestral (Castro, 2024; 2025).

Nesse sentido, a ideia de uma reparação biocultural, passa pela necessidade do reconhecimento da importância dos territórios quilombolas, não só como fornecedores de operários para proteção da biodiversidade, como também, protagonistas intelectuais e referência na busca para combater as consequências das mudanças climáticas e na construção de novas alternativas aos pressupostos do desenvolvimento hegemônico.

Dessa forma, visando ressaltar o contexto mencionado, discutiremos como para as comunidades quilombolas a ideia de preservar representa resistir, assumindo ao mesmo tempo, o papel de protetores e de padecentes da situação ambiental no Brasil.

3.5 PRESERVAR É RESISTIR: QUILOMBOLAS COMO GUARDIÕES DA BIODIVERSIDADE E VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA AMBIENTAL

O estudo feito pelo MapBiomass mostrou que, se for comparada a cobertura vegetal nativa nos últimos 38 anos no Brasil, é possível perceber que os territórios quilombolas foram os que mais conservaram as florestas, praticaram menos desmatamentos, desenvolvendo relações respeitosas com o meio ambiente. Segundo levantamento MapBiomass (2023, p.01 a 06):

No período analisado, os territórios quilombolas perderam 4,7% da vegetação nativa, enquanto as propriedades privadas perderam aproximadamente 17%. A maioria dos territórios quilombolas (181) fica na Amazônia, seguida pela Mata Atlântica (136), Caatinga (94), Cerrado (63) e pampa (20). A Amazônia também lidera em termos de área: nela, os territórios quilombolas ocupam 2,5 milhões de hectares. A Mata Atlântica, que ocupa a vice-liderança em quantidade de territórios quilombolas, fica em quarto lugar a extensão total deles é analisada: 278 mil hectares. Caatinga (550 mil hectares) e Cerrado (500 mil hectares) vêm em segundo e terceiro lugar, respectivamente. No caso do Pampa, são apenas 6,5 mil hectares. A vegetação nativa dos territórios quilombolas está principalmente na Amazônia (73%), Cerrado (12%) e Caatinga (10%). Entre 1985 e 2022, os territórios quilombolas localizados na Caatinga foram os que mais perderam em área a vegetação nativa (72,6 mil hectares),

seguidos por aqueles que ficam na Amazônia (58,4 mil hectares) e no Cerrado (36,7 mil hectares). Já na Mata Atlântica foi possível identificar ganho de 7,8 mil hectares de vegetação nativa nos territórios quilombolas localizados nesse bioma ameaçado, que apresenta menos de um terço coberto com vegetação nativa.

Para tratar dos SATQs, pode ser tomada como referência a experiência das comunidades quilombolas do Vale da Ribeira, que possuem cerca de 481.224 habitantes; são 88 comunidades quilombolas na região, que dependem da produção tradicional agrícola do local, em sua maior parte de subsistência, para consumo próprio. Outra parte é destinada ao comércio local e regional (Rodriguês, 2021).

Essas comunidades não se diferenciam apenas por desenvolverem métodos de produção, mas também se caracterizam por serem um patrimônio cultural e ambiental, que integra conhecimentos ancestrais, uso sustentável dos recursos naturais e práticas comunitárias de solidariedade. Os alimentos e outros produtos derivados desses sistemas reforçam a segurança alimentar, sustentam a sociobiodiversidade, fortalecem a autonomia econômica das comunidades e contribuem para a resiliência frente a pressões externas e mudanças climáticas.

Dentro dessa região essas comunidades ajudam a preservar o maior trecho contínuo de Mata Atlântica do país, dos 7% que restam, estão preservados 21% no Vale do Ribeira (Pasinato, 2018). Se for tomado como referência o Quilombo São Pedro, mais de 90% do seu território é coberto por vegetação nativa. São utilizados apenas 10% para cultivo de alimentos diversos, abrangendo uma área de pouco mais de 4.600 hectares, abrigando mais de 50 famílias (D'Alama, 2024).

O SATQ desenvolvido no Vale do Ribeira tem por característica a itinerância, a baixa pressão demográfica e um período de pousio das áreas cultivadas de roça (Ribeiro Filho; Adams; Murrieta, 2013). É realizada a derrubada e a queima da vegetação nativa para a abertura da área para o plantio e a disponibilização dos nutrientes contidos na biomassa para o solo (Ribeiro Filho; Adams; Murrieta, 2013). Neste sentido, o ciclo da roça quilombola no Vale do Ribeira acontece da seguinte forma:

[...] a partir de junho e julho, que geralmente não passa de um hectare. Depois de 15 dias, é feita a queima controlada da área e as cinzas fertilizam o solo. [...]. Depois disso, já feito o plantio, que geralmente começa em agosto e setembro. Depois disso, o produtor abandona esse trecho e a floresta se regenera. (Boehm, 2024, p.3).

A organização do SATQ do Vale do Ribeira baseia-se nos processos ecológicos da floresta, ocorrendo a partir da derrubada e queimada da vegetação nativa para obter abertura da área para o plantio, disponibilizando os nutrientes contidos na biomassa para o solo (Ribeiro Filho, 2015). Esse manejo transfere parte dos nutrientes do complexo solo/vegetação para a produção da roça quilombola: o arroz, o milho, o feijão, a mandioca e outras culturas (Ribeiro Filho, 2015).

Aqui é apresentada a sofisticação da tecnologia do SATQ, o equilíbrio entre o balanço dos nutrientes do complexo solo/vegetação da floresta, mesmo com a retirada de parte deles do sistema devido à interferência antropogênica (Ribeiro Filho; Adams; Murrieta, 2013). O período de pousio, sem queimada, garante a manutenção dos nutrientes das florestas tropicais submetidas ao SATQ – processo de decomposição do material botânico não queimado durante o período sem queimada garante esse equilíbrio (Ribeiro Filho; Adams; Murrieta, 2013).

Desta forma, a dinâmica metodológica do SATQ, com base na experiência das comunidades do Vale do Ribeira, questiona a legislação ambiental brasileira (Decreto-Lei nº 750/1993) que autoriza apenas a derrubada da vegetação em estágio inicial de regeneração para formação dos roçados em áreas de floresta. Os SATQs no Vale do Ribeira são desenvolvidos a partir de estágios avançados de regeneração da floresta, sem que isso prejudique a preservação da Mata Atlântica. Segundo Ribeiro Filho (2015, p. 260):

Os gestores públicos devem aproximar-se destas populações tradicionais e apoiá-las de acordo com os seus conhecimentos tradicionais, além de apresentar soluções embasadas em estudos técnico-científicos buscando melhorar as condições socioambientais dos envolvidos. Portanto, o modelo tradicional do SAT quilombola apresenta sustentabilidade socioambiental, e assim foi até meados da década de 50 do século XX.

Por apresentar uma estrutura complexa, o Sistema Agrícola Tradicional das comunidades do Vale do Ribeira foi reconhecido como Patrimônio Cultural Brasileiro, no ano de 2018, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Reconhecido como um conjunto de práticas e conhecimentos agrícolas, ecológicos, sociais, religiosos e lúdicos que resultam da experiência histórica dessas comunidades no Vale do Ribeira (Iphan, 2020). Com um modo de vida baseado na roça de coivara, na chamada agricultura itinerante, os quilombolas manejaram o espaço com um padrão de ocupação itinerante, organizando o tempo em função do calendário agrícola (Iphan, 2020).

Apesar de cumprir função importante no processo de preservação de todos os biomas existentes no Brasil, na luta para amenizar as consequências das mudanças climáticas (MapBiomas, 2023), essas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira também tem sofrido com as transformações climáticas, podendo comprometer sua sustentabilidade de forma contínua, que pode levar à completa extinção dos Sistemas Agrícolas Tradicionais Quilombola na região (Ribeiro Filho, 2015).

Outro exemplo da vulnerabilidade das comunidades quilombolas provenientes das agressões ao meio ambiente, causados pelos grandes empreendimentos do Polo SUAPE, é a comunidade da Ilha das Mercês, na cidade do Cabo de Santo Agostinho-PE (Santos, 2022). Ao longo dos anos, a comunidade enfrentou dificuldades devido às atividades industriais desenvolvidas na área, que causaram uma série de impactos socioambientais.

O principal problema é a contaminação da água, afetando diretamente a existência da comunidade quilombola, que depende dela para a pesca e a agricultura (Silva, 2024). Os empreendimentos industriais têm contribuído para o despejo de resíduos no solo e nos corpos d'água, comprometendo a qualidade e a disponibilidade da água, peixes e crustáceos para consumo da comunidade quilombola e pesqueira. A poluição do ar causada pelas indústrias tem provocado o surgimento de doenças respiratórias e alérgicas na localidade (Pyl, 2025).

Além da emissão de gases tóxicos, como os óxidos de nitrogênio e dióxido de enxofre, provenientes das indústrias do Complexo Suape, representando um risco à vida e à saúde dos quilombolas. Há registros, ainda, de casos de deslocamento forçado das/os moradores/as do quilombo devido ao avanço das atividades industriais (Santos, 2022).

Neste sentido, a comunidade tem sofrido pressões para abandonar suas terras e se mudar para outras áreas, muitas vezes sem receber as compensações adequadas (Santos, 2022; Silva, 2024). Essa situação acaba gerando conflitos, perda de identidade cultural e dificuldades de adaptação em novos locais (Pyl, 2025).

Para continuar com a nossa descrição em torno das situações de vulnerabilidade que afetam as comunidades quilombolas no Brasil, boa parte delas provenientes das agressões ao meio ambiente causadas por grandes empreendimentos, citamos a Comunidade Quilombola do Degredo, em Linhares/ES, que sofre com as consequências do rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana/MG. Os rejeitos da barragem chegaram ao Degredo, contaminando a água e o solo, prejudicando a pesca, a agricultura e outras atividades essenciais para a existência da comunidade (Lins; Mozine, 2025).

O que aconteceu com a comunidade quilombola do Degredo, após o desastre de Mariana/MG, é um exemplo dos desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas no Brasil, que precisam lidar com a violência ambiental, a falta de reconhecimento de seus direitos e a luta por reparação (Lins; Mozine, 2025).

De maneira geral, as comunidades quilombolas são umas das primeiras que sofrem com a diminuição da disponibilidade de água, com o aumento da frequência de secas e de enchentes, com a perda de biodiversidade proveniente das mudanças climáticas (Dalla-Nora; Sato, 2019). Como consequência, tem ocorrido a redução da produção agrícola quilombola, impactando as plantações de milho, feijão e mandioca que são base para sua existência, e aumentando a insegurança alimentar e nutricional em seus territórios (Serra, 2023).

Por mais que o debate climático tenha sido ampliado em todas as estruturas e camadas sociais, as comunidades quilombolas ainda não participam dos debates e da elaboração de políticas públicas voltados ao enfrentamento das mudanças climáticas (Serra, 2023).

Os movimentos quilombolas podem e devem ocupar mais espaço no debate sobre justiça climática, uma vez que as comunidades quilombolas são referência quando se trata de experiência no processo de convivência respeitosa com a natureza e, ao mesmo, por ser um dos grupos mais impactados com as mudanças climáticas. A situação ambiental no país exige que as comunidades quilombolas enfrentem as consequências das mudanças climáticas provenientes das intempéries da natureza e, principalmente, pelo processo de predação dos recursos naturais, desenvolvido na sociedade contemporânea em nome do progresso capitalista.

Diante de tudo que foi apresentado e discutido neste artigo, podemos afirmar que o trabalho desenvolvido pela população quilombola tem contribuído para uma relação ambiental equilibrada, gerando práticas sustentáveis, proporcionando preservação da biodiversidade em todo território brasileiro. Por outro lado, essa população tem sido vítima dos grandes empreendimentos com sua sanha pelos recursos naturais presentes nessas comunidades. Além disto, ou por consequência disto, tem sido vítima da violência do racismo ambiental, manifestado principalmente na falta de políticas públicas voltadas para combater as consequências das mudanças climáticas dentro dos seus territórios.

Dessa forma, podemos afirmar que a resistência quilombola não se caracteriza apenas por lutar pela manutenção da vida, também está relacionada com a necessidade de continuidade da memória, da cultura e por justiça socioambiental.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Sistemas Agrícolas Tradicionais Quilombolas (SATQs) não são apenas formas de produzir alimentos, são representações da resistência histórica, inspiradas nos saberes-fazeres ancestrais, gerando modos interativos de convívio com o meio ambiente. No decorrer da história, as comunidades quilombolas produziram adaptações agrícolas conforme as suas necessidades e as exigências ecológicas dos seus territórios.

Uma proposta contrastante com o modelo de desenvolvimento hegemônico — linear, consumista e centrado no lucro, que prevê a conjugação da produção e manutenção dos bens naturais. É desenvolvido um processo de gestão da biodiversidade nos seus territórios, colaborando para a preservação da natureza. E isso pode ser comprovado com os menores níveis de desmatamento, mostrando como os sistemas tradicionais quilombolas são importantes aliados para o enfrentamento das consequências das mudanças climáticas.

Desempenham função importante para a continuidade da identidade cultural e para segurança alimentar, mesmo assim, são ameaçados por interesses externos que se utilizam do discurso do desenvolvimento hegemônico, principalmente, os grandes empreendimentos, produzindo consequências ambientais e sociais que atingem e colocam em xeque a sua continuidade.

Além disso, fica evidente a dívida histórica existente com as comunidades quilombolas, não só por sua relevância para questões materiais, mas também, por sua contribuição intelectual para o desenvolvimento da agricultura e para a preservação do meio ambiente no Brasil.

É de suma importância o reconhecimento da relevância do saber quilombola no contexto de mudança climática, e esse reconhecimento passa necessariamente pela regularização de seus territórios, uma vez que a grande maioria não está oficialmente reconhecida, o que compromete a efetividade de suas práticas e sua segurança jurídica.

Se de fato, existe o interesse no debate climático de buscar alternativas ao modo de desenvolvimento contemporâneo, é preciso incluir as comunidades quilombolas na mesa de discussão. Incluir como protagonista, com o seu acúmulo no tema da preservação do meio ambiente, com seu vasto conhecimento no manejo da terra e dos recursos naturais em seus territórios.

E reconhecer isso, é tratar de justiça racial dentro do debate climático, compreendendo, que só haverá justiça ambiental se acontecer reparação histórica para aqueles que têm protegido a vida e a natureza com sabedoria, resistência e dignidade durante alguns séculos.

REFERÊNCIAS

- BOEHM, Mariana. A titulação de territórios quilombolas é fundamental para reduzir o desmatamento. **Gênero número**, 14 de maio de 2024. Disponível aqui <https://www.generonumero.media/artigos/territorios-quilombolas-desmatamento/>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- CARNEIRO, Edison. **Quilombo dos Palmares**. São Paulo: Nacional, 1988.
- CARVALHO, Maria Rosário de; REESINK, Edwin B. Uma etnologia no Nordeste brasileiro: balanço parcial sobre territorialidades e identificações. **BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 87, p. 71–104, 2018.
- CASTRO, Franciléia Paula. Agricultura Quilombola: Tecnologia ancestral para o futuro dos sistemas alimentares. **Nexo Jornal**, Opinião, 2024. Disponível aqui: <https://pp.nexojornal.com.br/opiniaio/2024/07/26/agricultura-quilombola-tecnologia-ancestral-para-o-futuro-dos-sistemas-alimentares>. Acesso em: 10 jun. 2025.
- CASTRO, Franciléia Paula. **Do racismo fundiário ao racismo ambiental**. Midia Ninja, 20 nov. 2024. Disponível em: <https://midianinja.org/opiniaio/do-racismo-fundiario-ao-racismo-ambiental/>. Acesso em: 10 jun. 2025.
- CASTRO, Franciléia Paula. **Agricultura ancestral e reparação biocultural: uma conversa com Fran Paula**. Alma Preta: Cotidiano, 2025. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/agricultura-ancestral-e-reparacao-biocultural-uma-conversa-com-fran-paula/>. Acesso em: 05 jun. 2025.
- COALIZAÇÃO NEGRA POR DIREITOS. **Para controle do aquecimento do planeta, desmatamento zero!** COP26, 2023.
- DALLA-NORA, Giseli; SATO, Michèle. Pontes nas securas das águas: reflexões sobre as mudanças climáticas e justiça climática em comunidades quilombolas. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 23, n. 1, p. 76-88, jan./dez. 2019.
- D’Alama, Luna. **Cultivo ancestral nas comunidades quilombolas**. SESC-SP, 28 de agosto 2024. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/editorial/cultivo-ancestral/>. Acesso em: 20 jun. 2025.
- DRUMMOND, Paula. **Os valores da natureza**. Boletim Biota Highlights, São Paulo: Programa BIOTA/FAPESP, 10 maio 2017. Disponível em: <https://www.biota.org.br/os-valores-da-natureza/>. Acesso em: 14 jun. 2025.
- ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura (org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1996.
- ESCOBAR, Arturo. **Os Lugares do Saber: gênese, estrutura e dinâmica de uma epistemologia do sul**. Porto Alegre: Sulina, 2004.
- FERNANDES-PINTO, Erika. Valores culturais da natureza: desatando nós e criando laços na implementação de políticas de conservação. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [S. l.], v. 63, 2024. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/89662>. Acesso em: 14 jun. 2025.

FREITAS, Décio. **Palmares: a guerra dos escravos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel *et al.* **Introducción a la agroecología política**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2021.

IPHAN. **Comunidade tradicional traz ao Brasil primeiro título de Patrimônio Agrícola Mundial**. 11 mar. 2020. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5590/comunidade-tradicional-traz-ao-brasil-primeiro-titulo-de-patrimonio-agricola-mundial>. Acesso em: 6 jul. 2023.

IBGE. Censo demográfico 2022: **Quilombolas**. Agência de Notícias IBGE, 19 jul. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40704-censo-2022-brasil-possui-8-441-localidades-quilombolas-24-delas-no-maranhao>. Acesso em: 05 maio 2024.

LINS, Lorena; MOZINE, Augusto Cesar Salomão. Territorialidade e ancestralidade: formação e reconhecimento da comunidade pescadora extrativista do Quilombo do Degredo, Brasil. **Revista de Estudos Sociais**, n. 91, p. 57-79, 2025.

MAPBIOMAS. **Cobertura da vegetação nativa nos territórios quilombolas no Brasil**. Coleção 8. Publicado em 2023. Disponível em: https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2023/12/FACT_MapBiomias_Quilombos_18.12.pdf. Acesso em: 02 jun. 2025.

MAESTRI, Mário. FIABANI, Adelmir. O mato, a roça e a enxada: a horticultura quilombola no Brasil escravista (séculos XVI-XIX). In: MOTTA, Márcia. ZARTH, Paulo (org.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história (vol-I) - Concepções de justiça e resistência nos Brasis**. São Paulo: Editora Universitária/UNESP.

MORAES-ORNELLAS, Valeria dos Santos; SANTOS Isabelle Lorrane Silva; FERNANDES, Marcus Emanuel Barroncas. Ecologia Cultural da Comunidade Quilombola do Torres, Tracuateua-PA, **Revista Geo Amazônia**, v. 11, n. 22, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/geoamazonia/article/view/14683>. Acesso em: 20 jun. 2025.

OLIVEIRA, Alasse. **Agricultura tradicional: O que é e quais as características?** Blog Aegro, 13 de janeiro de 2025. Disponível em: <https://blog.aegro.com.br/agricultura-tradicional/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

PASINATO, Raquel. **Por que o sistema agrícola tradicional quilombola do Vale do Ribeira é patrimônio cultural brasileiro? O eco**, 30 set. 2018. Disponível em: <https://oeco.org.br/analises/por-que-o-sistema-agricola-tradicional-quilombola-do-vale-do-ribeira-e-patrimonio-cultural-brasileiro/#:~:text=As%20t%C3%A9cnicas%20de%20plantio%20de,preservada%20no%20Vale%20do%20Ribeira>. Acesso em: 05 jun. 2025.

PYL, Bianca. **Comunidades quilombolas enfrentam os desafios persistentes da seca na Amazônia**. Le Monde Diplomatique Brasil, 9 abr. 2025. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/comunidades-quilombolas-seca-na-amazonia/>. Acesso em: 25 jun. 2025.

RIBEIRO FILHO, Alexandre Antunes. **Impactos do sistema agrícola itinerante sobre os solos de remanescente de Mata Atlântica com uso e ocupação por comunidades quilombolas do Vale do**

Ribeira (São Paulo, Brasil). 2015. 387 p. Tese. (Doutorado em Ecologia de Ecossistemas Terrestres e Aquáticos) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

RIBEIRO FILHO, Alexandre Antunes, ADAMS, Cristina, MURRIETA, Rui Sergio Sereni. The impacts of shifting cultivation on tropical forest soil: a review Impactos da agricultura itinerante sobre o solo em florestas tropicais: uma revisão. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 8, n. 3, p. 693-727, set.-dez. 2013.

RODRIGUÊS, Thiago. **Sistema de plantio quilombola se torna patrimônio cultural do Brasil.** Em.com.br, Diversidade, 26 de outubro 2021. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/diversidade/2021/10/26/noticia-diversidade,1316903/sistema-de-plantio-quilombola-se-torna-patrimonio-cultural-do-brasil.shtml>. Acesso em: 07 jun. 2025.

SALOMÃO, Fausy Vieira; CASTRO, Cristina Veloso de. A identidade quilombola: territorialidade étnica e proteção jurídica. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGDir/UFRGS**, v. 13, n. 1, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2317-8558.73034>. Acesso em: 20 jun. 2025.

SANTOS, Antônio Bispo dos. Biointeração. In: SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos – modos e significado.** Brasília: Editora Universitária/UNB, 2015. p-81- 101.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer.** São Paulo: Piseagrama/Ubu, 2023.

SANTOS, Luís Paulo Santana da Silva. **Entre choques, apagamentos e irrupções: o caso da região de Suape e do Quilombo Ilha de Mercês.** 2022. 252f. Dissertação. (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SERRA, João. **Mudanças climáticas: como esse problema tem afetado as populações quilombolas.** Tapajós de Fato, 2023. Disponível em: <https://www.tapajosdefato.com.br/noticia/1049/mudancas-climaticas-como-esse-problema-tem-afetado-as-populacoes-quilombolas>. Acesso em: 30 jun. 2025.

SILVA, José Nunes da. A atualidade do Campesinato Negro no Nordeste Brasileiro e suas contribuições para a construção do conhecimento agroecológico. **Rev. Brasileira de Agroecologia**, v. 14, n. 2, 2019, Edição Especial: Workshop sobre perspectivas de ensino, pesquisa e extensão em agroecologia no Brasil / junho de 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbagroecologia/article/view/50122>. Acesso em: 20 jun. 2025.

SILVA, Danilo Santos da; LIRA, Wagner Lins; BENZAQUEN, Júlia Figueredo. Além da natureza Puramente Ambiental e Física: É possível pensar em justiça climática sem justiça racial? **ARACÊ**, [S. l.], v. 6, p. 32782–32792, 2025. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/5931> . Acesso em: 27 jun. 2025.

SILVA, Jackson Antonio Lopes da; ARAÚJO, Yohanna Raíres Barbosa de Freitas Alves. Quilombo Mercês: conflitos socioambientais na resistência pelo território. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n. 2, 2024. p. 72-88. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ruralurbano/article/view/262095>. Acesso em: 27 jun. 2025.

SIMÕES, Nataly. **Falta de demarcação de terras mostra que racismo ambiental está longe de acabar.** 30 jun 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/falta-de-demarcacao-de-terras-mostra-que-racismo-ambiental-esta-longe-de-acabar,0d674e77ad168a1d22f05050b4d9e964pxzy6jrv.html>. Acesso em: 30 maio 2025.

TERRA DE DIREITOS. **Finalização da titulação de territórios quilombolas pode acontecer apenas no ano de 4732.** Haverá mundo? 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/HnR71>. Acesso em: 30 maio 2025.

